

# E se julgamento sobre eleições no Rio terminar em empate?

Ao Correio, analista avalia que Corte teria que aguardar chegada de 11º ministro

Por Gabriela Gallo

Após a última sessão no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) do julgamento sobre as eleições do mandato tampão no Estado do Rio de Janeiro, aguarda-se a publicação do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que levou à cassação do mandato do ex-governador Cláudio Castro (PL).

No segundo dia de julgamento sobre o caso na última semana, o ministro Flávio Dino pediu vista (mais tempo de análise para seu voto) e declarou que aguarda o acórdão do TSE para “elucidar pontos”. Com o julgamento suspenso, o placar no STF está em 4X1 para eleições indiretas no estado, ou seja, se tal entendimento prevalecer quem decidirá o governador fluminense que comandará até o final do ano será a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Votaram favoráveis para que os deputados estaduais escolham o novo governador do estado até o final do ano Luiz Fux e os ministros da Suprema Corte que também compõem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE): André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Cármen Lúcia, presidente do TSE.

O único ministro que votou



Antonio Augusto/STF

Pedido de vista de Dino interrompeu o julgamento

pelas eleições serem realizadas com a população geral fluminense (eleições diretas) foi o ministro Cristiano Zanin. Em seu voto, Zanin avaliou que a renúncia de Cláudio Castro foi uma “tentativa de burla” para evitar a convocação de eleições populares no estado. Além de Flávio Dino, faltam os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e do presidente da Corte, Edson Fachin.

O prazo para a devolução de pedidos de vista no Supremo é

de 90 dias corridos. Contudo, apesar do prazo, a ministra Cármen Lúcia informou que o TSE dará prioridade para publicar o acórdão da decisão que cassou e tornou Cláudio Castro inelegível por oito anos e que ele deve ser apresentado nesta semana. Diante disso, apesar de ainda não ter uma data definida para o retorno do julgamento, a previsão é que a Corte não demore para analisar o caso.

Contudo, considerando que o plenário do STF está com um

número par de ministros, e diante de manifestações anteriores de alguns ministros, levanta-se o questionamento sobre a possibilidade do julgamento terminar em um empate, com cinco votos para eleições indiretas e cinco votos para eleições diretas. Desde que o ex-ministro do STF Luís Roberto Barroso se aposentou antecipadamente de seu cargo em outubro do ano passado, a Suprema Corte atua com dez ministros, um a menos, enquanto um substituto não é anunciado.

Questionado pelo Correio da Manhã, o professor de Direito Eleitoral do Ibmec-SP Clever Vasconcelos explicou que, caso venha a ocorrer essa possibilidade, será necessário “esperar a vinda do novo ministro para o desempate”.

“O julgamento ficaria suspenso até a vinda do novo ministro, o que não é recomendável tendo em vista a urgência que o caso requer. Eu acredito, diante da postura do que já foram falados os ministros que já votaram e da tendência dos que irão votar, que não haverá empate. Mas tecnicamente, se houver empate, há que se esperar a vinda do novo ministro”, detalhou o especialista em direito eleitoral.

A sabatina do candidato indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o advogado-geral da União (AGU) Jorge Messias, está marcada para ocorrer no dia 29 de abril na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no período da manhã e, uma vez uma aprovada a indicação de Messias, seguirá para análise no plenário da Casa.

Embora o governo avalie que melhorou o ambiente no Senado, não é seguro, porém que Messias será aprovado.

A sabatina não é mera formalidade.

## Gilmar acusa deputados do Rio, sem provas

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Durante a última sessão no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em que os magistrados discutiam duas ações para definir o modelo eleitoral para o mandato-tampão no estado do Rio de Janeiro até o final do ano, o decano da Corte, ministro Gilmar Mendes fez uma declaração polêmica. Durante o julgamento, o magistrado disse que conversou com o diretor-geral da Polícia Federal (PF) e que este teria informado que mais de 30 deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) recebiam propinas ligadas ao jogo do bicho.

“Estamos vivendo esses episódios toda hora. Presidente da Assembleia do Rio de Janeiro preso. Conversava com o Diretor Geral da Polícia Federal, que dizia que 32 ou 34 parlamentares da Assembleia recebem mesadas do jogo do bicho”, disse Gilmar Mendes, durante a sessão.

Foi uma acusação grave feita durante uma sessão da Suprema



Sem comprovar, Gilmar disse que deputados recebem propina

Corte, transmitida ao vivo pela TV Justiça e na qual os ministros discutiam o destino político de um dos estados do país. Mas o ministro deu tal declaração sem dar mais detalhes de quando ocorreu a então conversa, se o diretor-geral da PF em questão que conversou foi mesmo Andrei Rodrigues, ou outro diretor de outra gestão, tampouco apresentou provas sobre a declaração. Também nada esclareceu que providências tal diretor da PF ou mesmo ele tomaram sabedores de tal declaração.

Após a declaração de Gilmar Mendes, a Alerj divulgou uma nota de repúdio à fala do magistrado. “A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) não reconhece qualquer relação com a contravenção penal, bem como qualquer investigação neste sentido relacionada à atual legislatura. A Alerj reitera que atua com austeridade e compromisso com o povo fluminense”, declarou a Assembleia flumi-

nense.

Para o Correio da Manhã, o gabinete do ministro no STF informou que não se manifestará sobre o caso. A reportagem tentou contato com a Polícia Federal, que até o fechamento desta reportagem não deu retorno. O espaço segue aberto para as demais manifestações.

O advogado criminalista Pós-Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidad Nacional de La Matanza (Argentina) Antonio Gonçalves lembrou ao Correio da Manhã que esta não foi a primeira vez que o ministro Gilmar Mendes faz declarações genéricas que não pode provar sobre corrupção.

O pós-doutor em Ciências Jurídicas reiterou que, justamente por situações como estas, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, quer implementar um código de ética para tribunais de instâncias superiores. “Comentários que mais parecem ilações [deduções] geram instabilidade”.